

Convênio Interamericano de Cooperação

(Projeto n.º. 4.656-58)

SOUTO MAIOR
Deputado Federal

A Revista do Serviço Público tem sido, inegavelmente, um instrumento dinâmico a serviço da reorientação e da reformulação de um Municipalismo de novo estilo, integrado na realidade, e vinculado ao equacionamento exato dos problemas fundamentais das nossas Prefeituras e Câmaras, tendo em vista a busca e incessante formulação das providências concretas, urgentes e arrojadas que os referidos problemas estão exigindo.

Demonstração positiva dessa preocupação absorvente e dos inestimáveis serviços que a Revista vem prestando aos técnicos, autoridades e estudiosos da Administração Municipal, é a publicação, na presente edição, do Projeto de Lei n.º 4.656-58, de autoria do eminente Deputado Federal SOUTO MAIOR, — contribuição de grande envergadura ao fortalecimento do Municipalismo. Dispõe o referido Projeto sobre o «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal; autoriza a realização de estudos e projetos especiais relativos à Operação Pan-Americana, e dá outras providências». A Justificação apresentada, na Câmara Federal, pelo dinâmico parlamentar, dispensa quaisquer comentários adicionais. Tanto nas Comissões Técnicas como no Plenário, a atuação do Deputado SOUTO MAIOR tem sido das mais expressivas e patrióticas. Expressão de cultura, valor pessoal e infatigável dedicação aos superiores interesses do País, o Representante pernambucano é, ao mesmo tempo, um dos mais autorizados e prestigiosos Líderes do Movimento Municipalista, pelos seus inúmeros trabalhos em defesa das reivindicações e necessidades básicas das Comunas.

(Nota da Redação).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto nº 4.656-58

Dispõe sobre o «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal»; autoriza a realização de estudos e projetos especiais relativos à Operação Pan-Americana»; e dá outras providências.

(Do Sr. Souto Maior)

ÀS COMISSÕES DE RELAÇÕES EXTERIORES, DE ECONOMIA E DE ORÇAMENTO
E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O Ministério das Relações Exteriores fica expressamente autorizado a colaborar com a Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal («Inter-American Municipal Organization», «Organización Interamericana de Cooperación Intermunicipal»).

Parágrafo único. A participação do Ministério das Relações Exteriores os estudos, projetos e atividades da referida Instituição e respectivas Entidades associadas realizar-se-á de acôrdo com os dispositivos do «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal», estabelecido nos têrmos da presente lei.

Art. 2º O Ministério das Relações Exteriores deverá entrar em entendimentos imediatos com a Associação Brasileira de Municípios (A.B.M.), tendo em vista a elaboração do «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal», em função dos seguintes objetivos fundamentais:

I — realizar pesquisas e estudos especiais, formular recomendações ou sugestões concretas, tendo em vista o advento da operação Pan-Americana, sua divulgação continental, aperfeiçoamento e progressiva implantação;

II — promover inquéritos e elaborar projetos específicos — no quadro geral das metas preferenciais da Operação Pan-Americana — a respeito dos seguintes problemas: a) Erradicação do subdesenvolvimento e do pauperismo nos Municípios do Continente; b) Desenvolvimento planejado dos Municípios (Obras, Empreendimentos e serviços de desenvolvimento econômico, social e cultural; — Planos Diretores das Cidades; — Modernização Administrativa);

III — Examinar, comparar e divulgar as exigências de desenvolvimento planejado dos Municípios em andamento nas 21 Repúblicas Americanas;

IV — Estimular e levar a efeito, por intermédio da Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal («Inter-American Municipal Organization», «Organización Interamericana de Cooperación Intermunicipal»), um programa continental de intercâmbio cultural, assistência técnica, formação profissional, bôlsas de estudos e cursos especializados, em matéria de Govêrno e Administração Municipal.

Art. 3º O «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal» definirá as bases e diretrizes da participação do Brasil na execução conjunta e

descentralizada dos objetivos, empreendimentos e programas consubstanciados no artigo anterior, em igualdade de condições com os demais países integrantes da Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal («Inter-American Municipal Organization», «Organización Interamericana de Cooperación Intermunicipal») e Entidades associadas.

Art. 4º A Associação Brasileira de Municípios (ABM) acompanhará junto aos órgãos técnicos do Ministério das Relações Exteriores a elaboração do «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal», colaborando com os mesmos em tôdas as fases da execução do trabalho, em regime de íntima articulação e encaminhando-lhes tôda a documentação necessária, inclusive as contribuições técnicas, teses, estudos, projetos, indicações, recomendações, e anais das Reuniões dos Congressos Interamericanos de Municípios já realizadas: I — em Havana, Cuba, em 1938; II — em Santiago, Chile, em 1941; III — em Nova Orleans, Estados Unidos, em 1950; IV — em Montevidéu, Uruguai, em 1953; V — em San Juan, Pôrto Rico, em 1954; VI — em Panamá, Panamá, em 1956; finalmente, a VII ora em pleno andamento, no Rio de Janeiro (1958).

Parágrafo único. O «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal» deverá incorporar ao seu texto os principais resultados das mencionadas Reuniões que traduzem interesses, reivindicações e problemas básicos dos Municípios do Continente.

Art. 5º O «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal» fortalecerá e disciplinará as relações de colaboração e assistência recíproca entre o Ministério das Relações Exteriores e as Instituições ou Entidades vinculadas ao estudo dos problemas de Governo e Administração Municipal nas 21 Repúblicas do Continente. Neste sentido, — e considerando a necessidade de ser prontamente aprovado, ratificado e celebrado o Convênio ora estabelecido, — promoverá o Ministério das Relações Exteriores, por intermédio de seus Representantes Diplomáticos, urgente articulação e negociações preliminares com:

I — O Secretário Geral da Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal (Inter-American Municipal Organization) com sede permanente em Havana, Cuba, e denominado «Comisión Pan-Americana de Cooperación Inter-Municipal»;

II — Com as Organizações Nacionais de Cooperação Intermunicipal que se encontram em pleno funcionamento o que são as seguintes:

1º) Argentina: Instituto Argentino de Estudios Municipales — Buenos Ayres.

2º) Brasil: Associação Brasileira de Municípios — Rio de Janeiro.

3º) Canadá: Canadian Federation of Mayors and Municipalities — Montreal.

4º) Colômbia: Asociación de Municipios de Colombia — Bogotá.

5º) Costa Rica: Liga Costaricense de Municipalidades — San José.

6º) Cuba: Organización Cubana de Cooperación Intermunicipal — La Habana.

7º) Chile: Conferência Nacional de Municipalidades — Santiago.

- 8ª) Equador: Asociación de Municipalidades Ecuatorianas — Quito.
- 9ª) El Salvador: Corporation de Municipalidades de la Republica de El Salvador — San Salvador.
- 10ª) Estados Unidos da América do Norte: The American Municipal Association — Chicago, Illinois.
- 11ª) Guatemala: Conferência Nacional de Municipalidades — Guatemala.
- 12ª) México: Confederación Nacional de Ayuntamientos de la Republica — Mexico, D.F.
- 13ª) Panamá: Asociación de Municipios de Panamá — Panamá.
- 14ª) Paraguai: Organización Paraguaya de Cooperación Intermunicipal — Assunción.
- 15ª) República Dominicana: Liga Municipal Dominicana — Ciudad Trujillo.
- 16ª) Uruguai: Reunión de Autoridades Edilicias de La República — Montevideu.

III — Nos demais países, com os Presidentes das Comissões Nacionais Organizadoras das Entidades associadas, em fase de instalação.

IV — Com a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Art. 6º O «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal» como instrumento prático de vinculação e entrosamento dos Governos Municipais do Continente com a Operação Pan-Americana deverá ser enquadrado como um dos seus objetivos prioritários, — no Temário da próxima XI Conferência Interamericana, a ser realizada em Quito, Equador, no ano vindouro, sob os auspícios da O.E.A.

Art. 7º O Orçamento Geral da União consignará para o exercício financeiro de 1959, à Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores, em seu Anexo próprio, uma dotação orçamentária específica da ordem de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinada aos estudos, planejamento, elaboração e execução do «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal».

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado desde já, a abrir crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), pelo Ministério das Relações Exteriores, enquanto não se concretizar a providência colimada pelo art. 7º desta Lei, ou seja, a consignação de uma dotação orçamentária específica destinada ao Ministério das Relações Exteriores para implementação da política interamericana de cooperação intermunicipal, segundo as cláusulas e condições do Convênio Especial ora estabelecido.

§ 1º O crédito de que trata o artigo será automaticamente registrado no Tribunal de Contas da União, distribuído ao Tesouro Nacional e pôsto à disposição da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores, que o depositará no Banco do Brasil em conta especial vinculada ao «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal».

§ 2º A aplicação do referido crédito será efetuada progressivamente pelo Ministério das Relações Exteriores, o qual deverá prestar contas da importância recebida e dos quantitativos aplicados, na forma da lei.

Art. 9º O Ministro de Estado das Relações Exteriores designará, dentro de 30 dias, os técnicos e os funcionários do Ministério que deverão integrar o Grupo de Trabalho incumbido de elaborar o «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal» e colaborar na plena execução de suas metas e prazos.

Parágrafo único. O referido Convênio regulamentará, em seus dispositivos, a execução da presente lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Senhor Presidente:

O Brasil inteiro tomou conhecimento, através do magnífico Suplemento Especial de «O Globo» de 11 de outubro de 1958 dos pronunciamentos de Chefes de Estado e Chanceleres dos países dêste Hemisfério relativamente à denominada Operação Pan-Americana. Ao mesmo tempo a edição em espanhol do Suplemento do grande órgão da imprensa continental que é «O Globo», proporcionou aos povos irmãos das Américas o conhecimento exato das finalidades do conteúdo e das proporções da mencionada Operação Pan-Americana.

Não preciso Senhor Presidente, realçar o mérito da patriótica contribuição de «O Globo», no sentido de fortalecer e consolidar a posição de liderança assumida pelo Brasil perante as Nações amigas, com uma iniciativa arrojada cujas repercussões são do conhecimento geral e cujos resultados são aguardados, com legítima ansiedade, pelas populações e governos integrantes no sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Destarte, graças ao Suplemento do prestigioso e eficiente vespertino, tornaram-se conhecidos os depoimentos, concepções e pontos-de-vista dos Presidentes e Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas a respeito das necessidades e imperativos da transformação do pan-americanismo, nesta difícil conjuntura política, econômica, financeira e social que o mundo atravessa.

Sente-se que souu a hora de uma revisão completa de pan-americanismo tradicional; chegou, afinal, o momento exato em que os Povos dêste Hemisfério impetram, em altos brados, a reformulação e a reorientação da política interamericana no sentido de soluções mais práticas, mais concretas, mais rápidas.

Como escreveu o Diretor-Redator-Chefe de «O Globo», Sr. ROBERTO MARINHO, na apresentação do Suplemento Especial: «... O pan-americanismo, de raízes tão sólidas, entra, agora, numa etapa realista e concreta, reativado pela Operação Pan-Americana».

O Congresso Nacional, Sr. Presidente, deverá, certamente manifestar-se no momento oportuno, sobre os magnos problemas consubstanciados na Operação Pan-Americana. Dentro em breve terão os eminentes representantes do Povo brasileiro nas duas Casas do Parlamento, a oportunidade e o nobre dever de também contribuir com os seus estudos, sugestões, experiências pessoais e projetos, para a grande obra comum de renovação,

implementação e aperfeiçoamento do pan-americanismo, no quadro geral das iniciativas, empreendimentos, programas e realizações da Operação Pan-Americana. Nenhum parlamentar consciente de suas responsabilidades deixará de, no ensejo adequado, submeter à alta deliberação do Congresso Nacional a sua contribuição pessoal ao esforço conjunto e sinérgico que tem de ser efetuado no sentido de erradicar, de uma vez por tôdas, o subdesenvolvimento e o pauperismo que ainda prevalecem no Continente afetando, principalmente, as zonas rurais, os campos, o vasto Interior esquecido, postergado e debilitado, na quase totalidade das 21 Nações Americanas.

A melhoria das condições de vida, o aumento do poder aquisitivo e da capacidade de compra, a expansão e fortalecimento dos mercados regionais, a elevação dos coeficientes de produtividade, a industrialização intensiva e descentralizada, a supressão das endemias, da fome crônica, do analfabetismo e dos fatores do atraso constituem reivindicações básicas e aspirações generalizadas de dezenas de milhões de seres humanos em todo o Continente.

Todavia, as proporções, as dificuldades intrínsecas, a extrema complexidade de tais problemas, estavam exigindo uma mobilização de ampla envergadura dos recursos humanos, técnicos e financeiros, que o pan-americanismo tradicional jamais poderia levar a efeito. A elevação do nível de vida das populações americanas — através do aumento do poder aquisitivo das classes trabalhadoras da América Latina, — permaneceria, para sempre, uma utopia inatingível, em face de um pan-americanismo demasiado sentimental e romântico. As recentes declarações do Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Dr. JÚLIO CÉSAR TURBEY AYALA, corroboraram essa nossa afirmativa. Interrogado pelo jornalista DANIEL CAETANO — um dos mais lúcidos emissários de «O Globo» — se não achava indispensável dar ao pan-americanismo um sentido mais prático, respondeu o Chanceler colombiano: — «Certamente. E' preciso tirar as relações internacionais do plano sentimental. Há muitos lustros que estamos fazendo recíprocas declarações de amor, mas não temos avançado o suficiente pelo caminho das realizações. E' no campo que se deve começar a mudança da política pan-americana. Torna-se cada vez mais urgente que se dê um poderoso estímulo à agricultura para melhoria das condições de miserabilidade em que vive o lavrador, nos países latino-americanos. Quando tivermos dado melhores meios de trabalho ao homem do campo e desenvolvido a agricultura a ponto de aumentar o poder aquisitivo do lavrador, virá, como uma conseqüência natural, a industrialização. A meu ver, sem o aumento da capacidade de compra das classes trabalhadoras no campo, não é possível lutar contra o subdesenvolvimento». Dispensou-me, Sr. Presidente, da tarefa de resumir as declarações e pronunciamentos das ilustres personalidades que se manifestaram sobre o assunto, numa demonstração uníssona de identidade de propósitos e concepções, fortalecendo a convicção unânime de que tem faltado ao pan-americanismo um sentido de ampla cooperação econômica e social. Daí a impressionante receptividade da Operação Pan-Americana, o segredo da sua aceitação e do seu êxito.

Mas, o atual movimento revisionista das relações interamericanas — constante afirmou, com inteira razão, o Embaixador FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA, «não pode ser obra de nenhum país isolado, mas das Américas unidas». A luta contra a debilidade e as vulnerabilidades fundamentais de grande parte do Continente pressupõe a colaboração de todos — governos e popu-

lações, — uma participação conjunta de tôdas as fôrças progressistas das 21 Repúblicas; uma verdadeira ofensiva mediante o ataque coordenado e bem planejado, em todos os setores, contra as razões de ser, as causas fundamentais do subdesenvolvimento e do pauperismo.

Nenhuma área, nenhum setor, nenhuma fôrça, podem ser esquecidos ou postos à margem; a mobilização tem de abranger todos os domínios e campos de atuação, tanto governamentais como privados. Do contrário, ao invés das soluções concretas e arrojadas — tão ansiosa e unânimemente desejadas — teremos, apenas, mais uma frustração global e melancólica. Por êsse motivo, Sr. Presidente, permito-me relembrar as judiciosas declarações do Presidente do Chile, insigne estadista CARLOS IBAÑES DEL CAMPO, cujas advertências devem ser levadas na devida consideração: — «... tôda ocasião é propícia para a revisão da política pan-americana se se faz uso da mesma com sinceridade e propósitos e se os planos que vão ser debatidos foram prèviamente estudados e amadurecidos, a fim de evitar debates estêreis e conclusões inoperantes».

A palavra do Chile é um reflexo da experiência do bom senso da moderação e do equilíbrio.

Efetivamente, cumpre, desde agora, colaborar, com os Governos, as Instituições interamericanas, os órgãos técnicos e as personalidades que se dedicam ao trabalho ciclópico de forjar uma autêntica política de Prosperidade para o Continente americano. De tal forma que a solidariedade continental não fique sômente no plano das declarações líricas de fraternidade político-jurídica mas adquira aquela substância prática e realista colimada pela Operação Pan-Americana e que se deve traduzir em medidas concretas e positivas; em projetos geradores de riqueza; em obras, empreendimentos e serviços vinculados ao progresso, bem-estar e cultura de tôdas as Nações irmãs dêste Hemisfério.

Assim é que, Sr. Presidente, entre outras iniciativas que pretendo sugerir oportunamente, tenho a honra de encaminhar à aprovação do Congresso Nacional, neste momento, como contribuição inicial, o Projeto de Lei anexo, relativo ao «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal» e que, além de outras providências igualmente importantes, autoriza a execução de estudos e projetos especiais, do maior interêsse para o advento, implantação e o progressivo aperfeiçoamento da Operação Pan-Americana. O «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal» está concebido como um poderoso instrumento prático de vinculação e entrosamento da Operação Pan-Americana com os Governos Municipais do Continente. Por intermédio das Prefeituras e Câmaras Municipais das 21 Repúblicas americanas proporcionar-se-á à Operação Pan-Americana o apoio popular de que ela tanto precisa: — a Mensagem que nela se consubstancia de luta contra o subdesenvolvimento e o pauperismo penetrará no âmago das populações Interamericanas do Interior.

Sem o estímulo de uma entusiástica e permanente cooperação do Povo — nas zonas rurais, vilas, «pueblos», «ayuntamientos», distritos, «counties», povoações, comunas, enfim, sem a participação decisiva dos Municípios em todos os Países irmãos — a Operação Pan-Americana a exemplo de tantas outras iniciativas generosas, corre o perigo de se transformar em uma preocupação exclusiva das Chancelarias; uma política de órgãos de cúpula sem

raízes no Interior, no Campo e nas Zonas rurais; uma fórmula a mais, na trajetória do pan-americanismo destituída do necessário embasamento e radicação popular. Nenhum esforço deve ser poupado a fim de que simultaneamente com as elites diplomáticas, intelectuais e governamentais também sejam convocados os Governos Municipais das 21 Repúblicas, os respectivos prefeitos, legisladores, administradores e técnicos para a realização conjunta da Operação Pan-Americana.

A experiência histórica dos povos é a mais clara demonstração de que a solução dos problemas econômicos e sociais depende da Cooperação voluntária e consciente, e jamais através da simples manipulação mecânica de planos, leis, decretos, ou «resoluções de cima para baixo». Esta é, Senhor Presidente, a lição insofismável dos acontecimentos. A aplicação crescente das fórmulas de cooperação múltipla estabelecerá para os Países dêste Hemisfério bases mais sólidas, relações mais vantajosas de intercâmbio econômico, financeiro, social, cultural, administrativo e técnico. A resultante principal dêsse paralelogramo de forças interdependentes será, forçosamente, a anulação dos fatores do subdesenvolvimento e, por via de consequência, a melhoria dos padrões de vida as populações americanas.

A experiência dos povos europeus reafirma também, o primado absoluto dos princípios da Cooperação. Sendo a Operação Pan-Americana, a muitos respeito, a primeira demonstração positiva da capacidade brasileira no sentido de formular uma política de vigorosa cooperação multifuncional, com repercussões internacionais, é claro que teria de despertar justificado interesse e curiosidade nas Chancelarias européias. O Embaixador da República Federal da Alemanha no Rio de Janeiro, Sr. GEBHARDT VON WALTHER, ainda recentemente, em sua entrevista a «O Globo», a 21 do corrente, acentuou, com invulgar sagacidade, a extrema importância dos entendimentos regionais e as vantagens da Cooperação em grande estilo consoante os princípios que informam a Operação Pan-Americana. Merecem destaque alguns tópicos das declarações do ilustre Embaixador alemão, que vêm corroborar a nossa proposta de estabelecimento de um «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal» destinado, inclusive, a acelerar o advento, fortalecer e aperfeiçoar a Operação Pan-Americana. São os seguintes os conceitos do Sr. GEBHARDT VON WALTHER que se correlacionam diretamente com os objetos e o conteúdo da presente Justificação:

«A solução dos problemas econômicos está na cooperação — A tarefa que a América Latina tem pela frente, conforme está salientado na chamada Operação Pan-Americana, é inicialmente a de coordenar uma ação conjunta para incentivar e ordenar o progresso de seus povos — prosseguiu o Embaixador alemão. — Não creio que a solução dos problemas econômicos latino-americanos seja difícil, porque se trata de dificuldades mais técnicas do que de estrutura. A cooperação — e nós europeus sabemos isso por experiência própria — é o caminho melhor indicado. Nesse caso, os povos americanos encontrarão, também, menores dificuldades do que as que os países europeus tiveram de enfrentar, quando resolveram recuperar-se dos prejuízos da Segunda Guerra Mundial. Cooperação significa, primeiramente, um estado psicológico. A tradição de entendimentos políticos entre os países das Américas proporciona o potencial para êsse estado de entendimentos. A cooperação que hoje existe entre vários países do ocidente europeu seria

uma coisa impossível de imaginar há duas décadas. A França e a Alemanha, por exemplo, tinham um acervo de 150 anos de guerras, desentendimentos e acusações recíprocas. Hoje, a União Européia de Pagamentos congrega vários países que, ainda, ontem, concorriam e se digladiavam entre si. Nas Américas não existem tais entraves históricos e, portanto, a aceitação psicológica da cooperação entre nações deve ser mais fácil. Se nós, europeus, conseguirmos dar início a essa cooperação, com resultados os mais compensadores, por que então os povos americanos particularmente os da América do Sul, que possuem maiores facilidades básicas para tais entendimentos e um potencial material ilimitado não conseguirão o mesmo!»

«Interesse europeu pela Operação Pan-Americana — Os países europeus estão muito interessados na integração econômica dos países latino-americanos — prosseguiu o diplomata. — No caso da Alemanha, em particular a América Latina, e principalmente o Brasil, sempre representou um campo de amplos investimentos e considerável intercâmbio comercial. Existem grandes oportunidades para expandirmos nossas relações comerciais e nossas inversões de capitais nesta parte do Hemisfério Ocidental, e quanto mais estável, segura e firme fôr a economia dos países latino-americanos, maiores serão o volume de nossas trocas e o afluxo de capitais. Por outro lado, o comércio europeu poderá cooperar enormemente com o desenvolvimento dos povos latino-americanos. O interesse, portanto, é mútuo. Fazemos votos, assim para que a nova orientação no campo das relações pan-americanas preconizada pelo Brasil seja realmente levada a cabo. Acreditamos que a coordenação e cooperação dos países americanos nos setores econômicos darão grandes e benéficos resultados. Essa unificação de esforços permitirá estabelecer bases monetárias sólidas, e aumentará substancialmente a situação dos créditos, facilitando por outro lado, o intercâmbio comercial com unidades econômicas de amplitude, ao invés de países isolados e com possibilidades econômicas reduzidas. Como observador de outro continente, sou de opinião que a cooperação preconizada na chamada «Operação Pan-Americana», em longo prazo, beneficiará a estabilidade econômica dos países interessados na ordem social e no progresso pacífico dos povos.»

A aprovação do «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal», na forma do Projeto de Lei anexo, é da maior conveniência para os interesses nacionais além de contribuir para reforçar o prestígio do Brasil perante as Nações americanas e fortalecer os motivos que justificam a liderança brasileira na luta contra o subdesenvolvimento e o pauperismo. Se o Governo brasileiro promoveu a Operação Pan-Americana na hora precisa em que esta iniciativa transcendental se fazia indispensável, cabe-lhe a imensa responsabilidade de tomar tôdas as providências complementares à sua plena e vitoriosa realização. A Operação Pan-Americana foi deflagrada e não pode parar, o «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal» é uma dessas providências urgentes. Devo acrescentar que a aprovação desse Projeto de Lei virá, ao mesmo tempo, corresponder aos anseios e à justificada confiança que o Movimento Municipalista Interamericano deposita no Congresso Nacional. Trata-se de um Projeto de Lei que tem as suas origens no referido Movimento, como resultado imediato e direto de uma das suas mais importantes contribuições técnicas cuja transcrição se torna imperativa para conhecimento dos nobres Representantes do Povo

brasileiro nesta Casa: «O Desenvolvimento Planificado dos Municípios do Continente. Uma contribuição Objetiva à Operação Pan-Americana (Indicação à VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios, elaborado pelo Sr. ARAÚJO CAVALCANTI, Representante do Território do Rio Branco no Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios. Tese Oficial da ABM. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1958).

Creio, Sr. Presidente, não ser preciso aduzir novos argumentos para justificar o «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal». Cumpre-me, apenas, encarecer a Vossa Excelência e aos dignos Membros do Parlamento brasileiro a pronta aprovação das sugestões e medidas concretas que tenho a honra de propor. A ocasião é extremamente oportuna porquanto já se encontra em pleno andamento, nesta capital, a VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios, sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores, da Prefeitura do Distrito Federal e da Associação Brasileira de Municípios. Estão chegando numerosas e brilhantes Delegações de todos os Países do Continente para o importante conclave organizado pela Inter-American Municipal Organization (Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal). Este é o momento exato em que o Governo Federal — que promoveu com o decidido apoio do Povo brasileiro a Operação Pan-Americana — pode dar uma prova concreta da sinceridade dos seus propósitos. Uma demonstração positiva de que está efetivamente resolvido a consolidar a obra de renovação e reorientação do pan-americanismo. Para esse fim basta-lhe, somente, encaminhar Mensagem ao Poder Legislativo, relativamente aos problemas da sua alçada, no que se refere ao «Convênio Interamericano de Cooperação Intermunicipal». Quanto aos nobres Representantes do Povo brasileiro nas duas Casas do Congresso Nacional, tenho certeza de que envidarão todos os esforços no sentido de apressar a tramitação regimental e a votação nas Comissões Técnicas e no Plenário, do Projeto de Lei anexo. (SOUTO MAIOR).

* * *

DOCUMENTAÇÃO ANEXA

(Projeto nº 4.656-58 — Texto Espanhol debatido pela VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios, realizado no Rio de Janeiro, em Novembro de 1958).

PROYECTO Nº 4.656-58

Trata del Convênio Interamericano de Cooperacion Intermunicipal; autoriza la realizacion de estudios y proyectos especiales referentes a la Operacion Panamericana; y toma otras providencias.

(Del Sr. SOUTO MAIOR)

(A LAS COMISIONES DE RELACIONES EXTERIORES, DE ECONOMIA Y DE PRESUPUESTO Y FISCALIZACION FINANCIERA)

El Congreso Nacional Resuelve:

Art. 1º El Ministerio de Relaciones Exteriores queda formalmente autorizado a colaborar con la Organización Interamericana de Cooperación

Intermunicipal («Inter-American Municipal Organization», «Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal»).

Párrafo único. La participación del Ministerio de Relaciones Exteriores en los estudios, proyectos y actividades de la mencionada Institución y de las correspondientes Entidades asociadas se realizará de acuerdo con las disposiciones del «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal», establecido en los términos de la presente ley.

Art. 2º El Ministerio de Relaciones Exteriores se pondrá inmediatamente en relación con la Asociación Brasileña de Municipios (ABM), con vistas a la elaboración del «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal», en función de los siguientes objetivos fundamentales:

I — realizar investigaciones y estudios especiales, formular recomendaciones o sugerencias concretas, con vistas a la efectividad de la operación Panamericana, su divulgación continental, su perfeccionamiento y su progresiva implantación;

II — promover encuestas y elaborar proyectos específicos — en el marco general de las metas preferenciales de la Operación Panamericana — con respecto a los siguientes problemas: a) erradicación del subdesarrollo y del pauperismo de los Municipios del Continente; b) desenvolvimiento planificado de los Municipios (Obras, realizaciones y servicios de desarrollo económico-social y cultural; Planes Directores de las Ciudades; — Modernización administrativa);

III — examinar, comparar y divulgar las experiencias de desenvolvimiento planificado de los Municipios en vías de realización en las 21 Repúblicas Americanas;

IV — estimular y llevar a cabo, por intermedio de la Organización Interamericana de Cooperación Intermunicipal («Inter-American Municipal Organization», «Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal») un programa continental de Intercambio cultural, asistencia técnica, formación profesional, becas y cursos especializados, en materia de Gobierno y Administración Municipal.

Art. 3º El «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal» fijará las bases y directrices de la participación del Brasil en la ejecución conjunta y descentralizada de los objetivos, realizaciones y programas definidos en el artículo anterior, en igualdad de condiciones con los demás países integrantes de la Organización Interamericana de Cooperación Intermunicipal («Inter-American Municipal Organization», «Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal») y entidades asociadas.

Art. 4º La Asociación Brasileña de Municipios (ABM) seguirá, junto a los organismos técnicos del Ministerio de Relaciones Exteriores, la elaboración del «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal», colaborando con los mismos en todas las fases de la ejecución del trabajo en íntima cooperación, y remitiéndoles toda la documentación necesaria, inclusive las contribuciones técnicas, tesis, estudios, proyectos, comunicaciones, recomendaciones y anales de las Reuniones de los Congresos Interamericanos de Municipios ya realizadas: I — en La Habana, Cuba, en 1938; II — en Santiago

de Chile, en 1941; III — en Nueva Orleans, Estados Unidos, en 1950; IV — en Montevideo, Uruguay, en 1953; V — en San Juan, Puerto Rico, en 1954; VI — en Panamá, Panamá, en 1956; y finalmente, la VIIª que está realizándose en Rio de Janeiro (1958).

Párrafo único. El «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal» deberá incorporar en su texto los resultados principales de las mencionadas Reuniones que expresan intereses, reivindicaciones y problemas básicos de los Municipios del Continente.

Art. 5º El «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal» fortalecerá y disciplinará las relaciones de colaboración y asistencia recíproca entre el Ministerio de Relaciones Exteriores y las Instituciones o entidades vinculadas al estudio de los problemas de Gobierno y Administración Municipal en las 21 Repúblicas del Continente. En este sentido, y considerando la necesidad e que, rápidamente, se apruebe, ratifique y celebre el Convenio ahora establecido, el Ministerio de Relaciones Exteriores promoverá, por intermedio de sus Representantes Diplomáticos, la urgente toma de contacto y negociaciones preliminares con:

I — El Secretario General de la Organización Interamericana de Cooperación Intermunicipal (Inter-American Municipal Organization), con sede permanente en La Habana, Cuba, y denominado «Comisión Panamericana de Cooperación Intermunicipal»;

II — Con las Organizaciones Nacionales de Cooperación Intermunicipal que se encuentran en pleno funcionamiento, y que son las siguientes:

1ª) Argentina: Instituto Argentino de Estudios Municipales — Buenos Ayres.

2ª) Brasil: Asociación Brasileña de Municipios, Rio de Janeiro.

3ª) Canadá: Canadian Federation of Mayors and Municipalities — Montréal.

4ª) Colombia: Asociación de Municipios de Colombia, Bogotá.

5ª) Costa Rica: Liga Costariqueña de Municipalidades, San José.

6ª) Cuba: Organización Cubana de Cooperación Intermunicipal — La Habana.

7ª) Chile: Conferencia Nacional de Municipalidades — Santiago.

8ª) Ecuador: Asociación de Municipalidades Ecuatorianas — Quito.

9ª) El Salvador: Corporación de Municipalidades de la Republica de El Salvador.

10ª) EE.UU. de Norteamérica: The American Municipal Association — Chicago, Illinois.

11ª) Guatemala: Conferencia Nacional de Municipalidades — Guatemala.

12ª) Méjico: Confederación Nacional de Ayuntamientos de la República — Méjico, D.F.

13ª) Panamá: Asociación de Municipios de Panamá — Panamá.

14ª) Paraguay: Organización Paraguaya de Cooperación Intermunicipal — Asunción.

15ª) República Dominicana: Liga Municipal Dominicana — Ciudad Trujillo.

16ª) Uruguay: Reunión de Autoridades Edilicias de la República — Montevideo.

III — En los demás países, con los Presidentes de las Comisiones Nacionales Organizadoras de las Entidades asociadas, en fase de creación.

IV — Con la Organización de los Estados Americanos (OEA).

Art. 6º El «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal», como instrumento práctico de vinculación y entrocamiento de los gobiernos Municipales del Continente con la Operación Panamericana, deberá encuadrarse, como uno de sus objetivos prioritarios, en el Temario de la próxima XIª Conferencia Interamericana, que se realizará en Quito, Ecuador, el año venidero, con los auspicios de la O.E.A.

Art. 7º El Presupuesto General de la Unión, para el ejercicio financiero de 1959, pondrá a disposición de la Secretaría de Estado del Ministerio de Relaciones Exteriores, en su anexo propio, una partida específica del orden de Cr\$ 5.000.000 (cinco millones de crucesos), destinada a los estudios, planeamiento, elaboración y ejecución del «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal».

Art. 8º El Poder Ejecutivo queda, desde ya, autorizado a abrir un crédito especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco millones de crucesos), por el Ministerio de Relaciones Exteriores, en cuanto no se concrete la providencia determinada por el art. 7º de la presente ley, o sea, la previsión de una partida específica destinada al Ministerio de Relaciones Exteriores para efectivación de la política interamericana de cooperación intermunicipal, según las cláusulas y condiciones del Convenio Especial ahora establecido.

Párrafo 1º El crédito de que trata el artículo será registrado automáticamente por el Tribunal de Cuentas de la Unión, remitido al Tesoro Nacional y puesto a disposición de la Secretaría de Estado del Ministerio de Relaciones Exteriores, que lo depositará en el Banco del Brasil en una cuenta especial relacionada con el «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal».

Párrafo 2º La utilización del mencionado crédito será efectuada progresivamente por el Ministerio de Relaciones Exteriores, el cual deberá rendir cuenta del importe recibido y de las sumas utilizadas, en la forma de ley.

Art. 9º El Ministro de Estado de Relaciones Exteriores designará, dentro de los 90 días, a los técnicos y empleados del Ministerio que deberán integrar el Grupo de Trabajo incumbido de elaborar el «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal» y de colaborar en la plena ejecución de la presente ley.

Art. 10º Esta ley entra en vigencia en la fecha de su publicación, derogándose toda disposición contraria.

Considerandos

Señor Presidente:

El Brasil enter otomó conocimiento, a través del magnífico Suplemento de «O Globo», del 11 de octubre de 1958, de las tomas de posición de los Jefes de Estados y Cancilleres de los países de este hemisferio con respecto a la llamada Operación Panamericana. Al mismo tiempo, la edición en castellano del Suplemento del gran órgano de la prensa continental que es «O Globo» proporcionó a los pueblos hermanos de las Américas el conocimiento exacto de las finalidades, del contenido y de las proporciones de la mencionada Operación Panamericana.

No necesito, Señor Presidente, realzar el mérito de la patriótica contribución de «O Globo», en el sentido de fortalecer y consolidar la posición de liderazgo asumida por el Brasil ante las Naciones amigas, con una iniciativa audaz cuyas repercusiones son del conocimiento general y cuyos resultados aguardan, con legítima ansiedad, las poblaciones y los gobiernos integrantes del sistema de la Organización de los Estados Americanos (OEA).

Así, gracias al Suplemento del prestigioso y eficaz vespertino, se han conocido las opiniones, concepciones y puntos de vista de los Presidentes y Ministros de Relaciones Exteriores de las Republicas Americanas respecto de las necesidades e imperativos de la transformación del panamericanismo, en esta difícil conjuntura política, económica, financiera y social por que pasa el mundo.

Se siente que ha llegado la hora de una revisión completa del panamericanismo tradicional: ha llegado, por fin, el momento exacto en que los pueblos de este hemisferio exigen, a gritos, la reformulación y la reorientación de la política interamericana en el sentido de soluciones más prácticas, más concretas y más rápidas.

Como lo escribió el Director-Jefe-de-Redacción de «O Globo», Senhor ROBERTO MARINHO, en la presentación del Suplemento Especial: «... El panamericanismo, de raíces tan sólidas, entra, ahora, en una etapa realista y concreta, reactivado por la Operación Panamericana».

El Congreso Nacional, Sr. Presidente, seguramente tomará posición, en el momento oportuno, acerca de los magnos problemas abarcados por la Operación Panamericana. Dentro de poco, los representantes del Pueblo brasileño en las dos cámaras del Parlamento tendrán la oportunidad y el noble deber de también contribuir con sus estudios, sugerencias, experiencias personales y proyectos en la grande obra común de renovación, implantación y perfeccionamiento del panamericanismo, en el marco general de las iniciativas, programas y realizaciones de la Operación Panamericana. Ningún parlamentario consciente de sus responsabilidades dejará de someter, en la oportunidad adecuada, a deliberación del Congreso Nacional su contribución personal al esfuerzo conjunto y sinérgico que ha de ser efectuado en el sentido de erradicar, de una vez por todas, el subdesarrollo y el pauperismo que aún prevalecen en el Continente, afectando principalmente las zonas rurales, el campo, el vasto interior olvidado, abandonado y debilitado en la casi totalidad de las 21 Naciones Americanas.

La mejoría de las condiciones de vida, el aumento del poder adquisitivo, la expansión y el fortalecimiento de los mercados regionales, la elevación de los coeficientes de productividad, la industrialización intensiva y descentralizada, y la supresión de las endemias, del hambre crónica, del analfabetismo y de los factores de atraso constituyen reivindicaciones básicas y aspiraciones generalizadas de decenas de millones de seres humanos en todo el Continente.

Sin embargo, las proporciones, las dificultades intrínsecas y la extrema complejidad de tales problemas estaban exigiendo una movilización de amplia envergadura de los recursos humanos, técnicos y financieros, que el panamericanismo tradicional jamás podría llevar a cabo. La elevación del nivel de vida de las poblaciones americanas — a través del aumento del poder adquisitivo de las clases trabajadoras de Latinoamérica — permanecería para siempre una utopía inalcanzable, con un panamericanismo demasiado sentimental y romántico. Las recientes declaraciones del Ministro de Relaciones Exteriores de Colombia, Dr. JULIO CESAR TURBEY AYALA, han corroborado esta nuestra afirmación. Entrevistado por el periodista DANIEL CAETANO — uno de los más lúcidos emisarios de «O Globo» — y pidiéndosele si no consideraba necesario dar al panamericanismo un sentido más práctico, contestó al Canciller colombiano: «Por cierto. Es preciso sacar las relaciones internacionales del plano sentimental. Hace muchos lustros que estamos haciendo recíprocas declaraciones de amor, pero no hemos avanzado lo suficiente por el camino de las realizaciones. Es por el campo que debe empezar la transformación de la política panamericana. Se vuelve cada vez más urgente que se dé un poderoso estímulo a la agricultura para mejoría de las condiciones miserables en que vive el labrador, en los países latinoamericanos. Cuando hayamos dado mejores medios de trabajo al hombre del campo y desarrollado la agricultura lo suficiente como para aumentar el poder adquisitivo del labrador, la industrialización vendrá como consecuencia natural. A mi parecer, sin el aumento de la capacidad de compra de las clases trabajadoras del campo, no es posible luchar en contra del subdesarrollo». Me escuso, Señor Presidente, de la tarea de resumir las declaraciones y tomas de posición de las ilustres personalidades que se manifestaron acerca del asunto, en una demostración unísona de identidad de propósitos y concepciones, fortaleciendo la convicción unánime de que ha faltado al panamericanismo un sentido de amplia cooperación económico-social. De ahí la impresionante receptividad de todos respecto de la Operación Panamericana, el secreto de su aceptación y de su éxito.

Pero, el actual movimiento revisionista de las relaciones interamericanas, según afirmó con toda razón el Embajador NEGRÃO DE LIMA, «no puede ser obra de ningún país aislado, sino de las Américas unidas». La lucha en contra de la debilidad y los puntos fundamentales de vulnerabilidad de gran parte del Continente presupone la colaboración de todos — gobiernos y pueblos —, una participación conjunta de todas las fuerzas progresistas de las 21 Repúblicas; una verdadera ofensiva mediante el ataque coordinado y bien planeado, en todos los sectores, en contra de las razones de ser, de las causas fundamentales, del subdesarrollo y del pauperismo.

Ninguna zona, ningún sector, ninguna fuerza pueden ser olvidados o puestos a un lado; la movilización tiene que abarcar todos los órdenes y campos de acción, tanto gubernamentales como privados. De no ser así, en

lugar de soluciones concretas y audaces — tan ansiosa y unánimemente deseadas — sólo tendremos una frustración mas total y melancólica. Por tal motivo, Sr. Presidente, me permito recordar as judiciosas declaraciones del Presidente de Chile, el insigne estadista CARLOS IBAÑES DEL CAMPO, cuyas advertencias merecen la debida consideración: «... toda oportunidad es propicia para la revisión de la política panamericana si se hace uso de la misma con sinceridad de propósitos y siempre que los planes que se van a debatir fueran previamente estudiados y madurados, con el objeto de evitar debates estériles y conclusiones inoperantes».

La palabra de Chile es un reflejo de la experiencia, del sentido común, de la moderación y del equilibrio.

Efectivamente, corresponde, desde ahora, colaborar con los Gobiernos las Instituciones Interamericanas, los organismos técnicos y las personalidades que se dedican al trabajo ciclópeo de forjar una auténtica política de prosperidad para el Continente americano. De tal modo que la solidaridad continental no se quede sólo en el plano de las declaraciones líricas de fraternidad político-jurídica, sino adquiera esa sustancia práctica y realista que busca la Operación Panamericana y que debe traducirse en medidas concretas y positivas; en proyectos generadores de riqueza; en obras, realizaciones y servicios vinculados al progreso, bienestar y cultura de todas las Naciones hermanas de este hemisferio.

Asi es como, Sr. Presidente, entre otras iniciativas que pretendo sugerir oportunamente, tengo el honor de proponer a la aprobación del Congreso Nacional, en este momento, como contribución inicial, el proyecto de ley anexo, referente al «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal», que, además de otras providencias igualmente importantes, autoriza la ejecución de estudios y proyectos especiales del mayor interés para la promoción, la implantación y el progresivo perfeccionamiento de la Operación Panamericana. El «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal» está concebido como un poderoso instrumento práctico de vinculación y entroncamiento de la Operación Panamericana con los Gobiernos Municipales del Continente. Por intermedio de las Municipalidades y Consejos Deliberantes de las 21 Repúblicas americanas, se proporcionará a la Operación Panamericana el apoyo popular de que ella tanto necesita: — el Mensaje, que en ella se expresa, de lucha en contra del subdesarrollo y el pauperismo penetrará en la médula de las poblaciones interamericanas del Interior.

Sin el estímulo de una entusiasta y permanente cooperación del pueblo — en las zonas rurales, villas, pueblos, ayuntamientos, distritos, «countries», poblados y municipios, en fin, sin la participación decisiva de los Municipios en todos los Países hermanos — la Operación Panamericana, siguiendo el ejemplo de tantas otras iniciativas generosas, corre el peligro de transformarse en una preocupación exclusiva de las Cancillerías; una política de organismos de cumbre sin raíces en el interior, en el Campo ni en las zonas rurales; una fórmula más en la trayectoria del panamericanismo, desprovista de las necesarias bases y apoyo popular. No se debe ahorrar esfuerzo alguno para que, simultáneamente con las «élites» diplomáticas, intelectuales y gubernamentales, también se convoquen los Gobiernos Municipales de las 21 Repúblicas y sus respectivos alcaldes (intendentes), consejales, administradores y técnicos para la realización conjunta de la Operación Panamericana.

La experiencia histórica de los pueblos constituye la más clara demostración de que la solución de los problemas económicos-sociales depende de la cooperación voluntaria y consciente, y jamás del mero manoseo mecánico de planes, leyes, decretos y «resoluciones desde arriba». Tal es, Sr. Presidente, la lección incontrovertible de los acontecimientos. La creciente aplicación de las fórmulas de cooperación múltiple establecerá en los Países de este hemisferio bases más sólidas, relaciones más ventajosas de intercambio económico, financiero, social, cultural, administrativo y técnico. La resultante principal de ese paralelograma de fuerzas interdependientes será, forzosamente, la anulación de los factores del subdesarrollo y, en consecuencia, la mejoría de los padrones de vida de las poblaciones americanas.

La experiencia de los pueblos europeos reafirma, también, la primacía absoluta de los principios de la Cooperación. Siendo la Operación Panamericana, en muchos aspectos, la primera demostración positiva de la capacidad brasileña en el sentido de formular una política de vigorosa cooperación multifuncional, con repercusiones internacionales, es claro que tendría que despertar justificado interés y curiosidad en las Cancillerías europeas. El Embajador de la República Federal de Alemania en Rio de Janeiro, Señor GERHARDT VON WALTHER, aún recientemente, en su entrevista de «O Globo» del 21 del corriente, hizo resaltar, con notable sagacidad, a extrema importancia de los acuerdos regionales y las ventajas de la Cooperación en grande escala conforme a los principios que sustentan la Operación Panamericana. Merecen destacarse algunos tópicos de las declaraciones del Embajador alemán, que vienen a corroborar nuestra propuesta de establecimiento de un «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal», destinado, inclusive, a acelerar la puesta en marcha de la Operación Panamericana, fortalecerla y perfeccionarla. Los conceptos del Sr. VON WALTHER, que se relacionan directamente con el objeto y el contenido de los presentes considerandos, son los siguientes:

«La solución de los problemas económicos está en la cooperación. La tarea que Latinoamérica tiene por delante, tal como se afirma en la llamada Operación Panamericana, es inicialmente la de coordinar una acción conjunta para incentivar el progreso de sus pueblos, prosiguió el Embajador alemán. No creo que la solución de los problemas económicos latinoamericanos sea difícil, porque se trata de dificultades más técnicas que de estructura. La cooperación — y nosotros, europeos, lo sabemos por experiencia propia — es el camino más indicado. Siguiéndolo, los pueblos americanos encontrarán dificultades menores que las que los países europeos han tenido que enfrentar cuando han resuelto rehacerse de los prejuicios de la Segunda Guerra Mundial. Cooperación significa, en primer lugar, un estado psicológico. La tradición de acuerdos políticos entre los países de las Américas proporciona los factores potenciales de tal entendimiento. La cooperación que hoy existe entre varios países del occidente europeo hubiera sido inconcebible hace dos decenios. Francia y Alemania, por ejemplo, tenían un pasado de 150 años de guerras, desacuerdos y acusaciones recíprocas. Hoy, la Unión Europea de Pagos congrega a varios países que, ayer todavía, competían y peleaban entre sí. En las Américas, no existe tales antecedentes históricos y, por tanto, la aceptación psicológica de la cooperación entre naciones debe de ser más fácil. Si nosotros, europeos, conseguimos

iniciar semejante cooperación, con los resultados más compensatorios, por qué, entonces, los pueblos americanos, especialmente los de Suramérica, que poseen mayores facilidades básicas para tales acuerdos y una potencialidad material ilimitada, no conseguirían lo mismo?»

«Interés europeo por la Operación Panamericana — Los países europeos están muy interesados en la integración económica de los países latinoamericanos, prosiguió el diplomático. En el caso de Alemania, en particular, Latinoamérica, y especialmente el Brasil, siempre ha representado un campo de grandes inversiones y de considerable intercambio comercial. Existen buenas oportunidades para ampliar nuestras relaciones comerciales y nuestras inversiones de capitales en esta parte del Hemisferio Occidental; y cuanto más estable, segura y firme sea la economía de los países latinoamericanos, mayores serán el volumen de nuestro intercambio y el aflujo de capitales. Por otra parte, el comercio europeo podrá cooperar considerablemente en el desenvolvimiento de los pueblos latinoamericanos. El interés, por tanto, es mutuo. Hacemos votos, pues, para que la nueva orientación preconizada por el Brasil en el campo de las relaciones panamericanas sea realmente llevada a cabo. Creemos que la coordinación y cooperación de los países americanos en los distintos sectores económicos darán grandes y benéficos resultados. Tal unificación de esfuerzos permitirá establecer bases monetarias sólidas, y aumentará sustancialmente los créditos, facilitando, por otra parte, el intercambio comercial con unidades económicas de gran amplitud, en lugar de países aislados y con posibilidades económicas reducidas. Como observador de otro continente, considero que con la cooperación preconizada en la llamada «Operación Panamericana», a largo plazo, se beneficiará la estabilidad económica de los países interesados en el orden social y el progreso pacífico de los pueblos».

La aprobación del «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal», conforme al Proyecto de Ley anexo, es de la mayor conveniencia para los intereses nacionales, además de contribuir a reforzar el prestigio del Brasil ante las Naciones Americanas y a fortalecer los motivos que justifican el liderazgo brasileño en la lucha en contra el subdesarrollo y el pauperismo. Si el Gobierno brasileño ha promovido la Operación Panamericana en la hora exacta en que tal transcendental iniciativa se hacía indispensable, le corresponde la inmensa responsabilidad de tomar todas las providencias complementarias que exige su plena y victoriosa realización. La Operación Panamericana ha sido lanzada y no puede parar. El «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal» constituye una de tales providencias urgentes. Debo agregar que la aprobación del proyecto vendrá, al mismo tiempo, a satisfacer los anhelos del Movimiento Municipalista Interamericano, correspondiendo a la justificada confianza que éste deposita en el Congreso Nacional. Se trata de un proyecto de Ley que encuentra sus orígenes en el mencionado Movimiento, como resultado inmediato y directo de una de sus más importantes contribuciones técnicas, cuya transcripción se hace imperativa para conocimiento de los Representantes del Pueblo brasileño en esta Cámara: «El Desenvolvimiento Planificado de los Municipios del Continente. Una Contribución Objetiva a la

Operación Panamericana». (Comunicación a la VIIª Reunión del Congreso Interamericano de Municipios, elaborada por el Sr. ARAÚJO CAVALCANTI, Representante del Territorio del Rio Branco en el Consejo Deliberante de la Asociación Brasileña de Municipios. Tesis Oficial de la ABM. Rio de Janeiro, 25 de octubre de 1958).

Creo, Sr. Presidente, que no es preciso agregar nuevos argumentos para justificar el «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal». Sólo me corresponde encarecer a Vuestra Excelencia y a los dignos Miembros del Parlamento brasileño la pronta aprobación de las sugerencias y medidas que tengo el honor de proponer. La oportunidad es extremadamente favorable, pues ya se encuentra en pleno trabajo, en esta Capital, la VIIª Reunión del Congreso Interamericano de Municipios, con los auspicios del Ministerio de Relaciones Exteriores, de la Municipalidad del Distrito Federal y de la Asociación Brasileña de Municipios. Están llegando numerosas y brillantes delegaciones de todos los países del Continente para el importante simposio organizado por la Organización Interamericana de Cooperación Intermunicipal (Inter-American Municipal Organization.) Este es el momento exacto en que el Gobierno Federal, que ha promovido con el decidido apoyo del Pueblo brasileño la Operación Panamericana, puede dar una prueba concreta de la sinceridad de sus propósitos. Una demostración positiva de que está efectivamente resuelto a consolidar la obra de renovación y reorientación del panamericanismo. Para tal fin, basta que eleve un Mensaje al Poder Legislativo acerca de los problemas de su alzada en lo que se refiere al «Convenio Interamericano de Cooperación Intermunicipal». En cuanto a los Representantes del Pueblo brasileño, estoy seguro de que aunarán esfuerzos para apresurar la tramitación reglamentar y la votación, en las Comisiones Técnicas y en el Plenário, del Proyecto de Ley anexo. — (SOUTO MAIOR).